



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0001977-90.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 208/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 208/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 69/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **JOSE INACIO DOS SANTOS FILHO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 15 de maio de 2014, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça, bem como do réu **JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS FILHO**, devidamente escoltado, acompanhado do defensor, Dr. João Marcos de Oliveira. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Claudia Valeria Colombero, as testemunhas de acusação Karen Cibebe Veronez, Valdir Aparecido de Souza, Renato Marchetti e João Victor da Silva, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou que fosse juntado relatório de eventuais processos existentes contra o adolescente João Victor da Silva, fazendo-se os debates em seguida. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 33. A arma apreendida teve a sua eficácia atestada pela perícia de fls. 64/65. A autoria é certa. José Inácio foi reconhecido com segurança pela vítima Claudia e pela sua funcionária Karen que se encontrava no mercadinho na ocasião do assalto. Os policiais Marchetti e Valdir confirmaram a prisão do acusado ante a notícia passada ao COPOM. Com ele apreenderam o dinheiro roubado, que foi entregue à vítima. A arma também foi encontrada graças à confissão do réu que apontou o local onde a jogara. Bem demonstradas assim a autoria e materialidade de roubo a condenação de Jose Inácio nesse delito, tal qual postulada na denúncia é de rigor, inclusive no que se refere ao concurso de agentes, pois houve efetiva participação do adolescente, que, segundo o réu, foi quem convidou para a pratica do crime e lhe entregou a arma. A confissão de José Inácio deve ser acolhida na sua integridade e assim sou levado a admitir que ele desconhecia que o parceiro era inimputável. Todavia, como se trata de crime formal, o réu também se incidiu nas penas de facilitação de corrupção de menor de que trata do artigo 244-B da lei 8069-90 e assim aguardo seja ele também condenado, SMJ nas penas desse artigo. Observo para fixação das penas que réu tem confissão espontânea mas em oposto tem a reincidência. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Data máxima vênia o entendimento do Dr. Promotor não é possível a condenação do réu nos termos lançados na denúncia. Verifica-se de pronto que os atos praticados pelo acusado limitam o roubo na tentativa e não na consumação efetiva, uma vez que durante todo o fato não esteve em nenhum momento na posse mansa e pacífica da res furtiva. Mas é necessário anotar ainda que a arma utilizada não era apta a causar dano nas vítimas. Dessa forma necessário se faz afastar a incidência da agravante prevista no inciso I do parágrafo segundo do artigo 157. Trata-se do princípio da lesividade vez que a arma não apresentava capacidade lesiva o que somente ocorre com a arma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

verdadeira. Anote-se neste ato a confissão espontânea do acusado, bem como as razões por ele expressas. Em relação ao artigo 244-B da Lei 8069/90, é necessário anotar que conforme anotado nesta audiência e aceita pelo Dr. Promotor, a acusado não conhecia a menoridade do adolescente João Victor, vez que esse utilizava-se de veículo automotor, bem como frequentava lugares não adequados para menor de idade. Dessa forma falta o elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenção de corromper o menor de idade, razão pela qual merece ser afastada esta incidência. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS FILHO**, RG 45.991.720/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso I e II, do Código Penal, em concurso formal com o artigo 244-B, da Lei 8.069/90 (ECA), porque no dia 26 de fevereiro de 2014, por volta das 12h50, no Mercado Morumbi, situado na Rua Inajá, 166, Jardim Morumbi, nesta cidade, mediante graves ameaças exercidas com o emprego de arma de fogo, rendeu a comerciante Claudia Valeria Colombero e sua funcionária Karen Cibele Veronez, reduzindo-as à impossibilidade de resistência pelo temor e subtraiu R\$383,00 do caixa do estabelecimento, evadindo-se em seguida em uma motocicleta pilotada pelo adolescente João Victor da Silva, de 17 anos. Para a execução do roubo José Inácio entrou no mercado com uma arma de fogo dentro de uma caixa de papelão e aproximou-se de Claudia à qual, então, exibiu a arma e anunciou que se tratava de um roubo. Ele disse à Karen para ficar junto a Claudia e mandou que esta lhe entregasse o dinheiro do caixa. Assim que ela o atendeu, saiu caminhando normalmente ao encontro do parceiro adolescente que aguardava na motocicleta para a fuga. Noticiando o roubo ao COPOM, policiais militares, ante a descrição do roubador e do condutor da motocicleta, vieram a localizá-los na Avenida Paulo VI e de lá encetaram perseguição até alcança-los na serra de acesso ao bairro Cidade Aracy. Eles foram abordados e revistados. Em poder de José Inácio os policiais encontraram e apreenderam o dinheiro roubado, o qual foi entregue para vítima. Ele confessou a prática do roubo e indicou o local onde jogara a arma quando empreendia a fuga. Aquele instrumento foi localizado e igualmente apreendido. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 29 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 47), o réu foi citado (fls. 57/58) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 75/81). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e quatro testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu o reconhecimento do crime de roubo tentado, bem como seja afastada a qualificadora do emprego de arma, pleiteando, ainda, a absolvição do acusado quando ao crime previsto no artigo 244-B da Lei 8069/90. **É o relatório. DECIDO.** Está comprovado que o réu foi o autor do roubo cometido contra a vítima. Foi ele reconhecido pela vítima e pela testemunha que estava no local. Além disso, ele foi encontrado pouco tempo depois na posse do dinheiro roubado e da arma utilizada. Ouvido no processo, o réu confessou a prática do delito, tanto na polícia como em juízo, aqui assistido de seu defensor. No interrogatório de hoje o réu esclareceu que cometeu o roubo em parceria do adolescente João Victor da Silva, explicando que foi este que teve a ideia e ainda lhe entregou a arma e ficou nas imediações à sua espera. Embora João Victor buscasse negar a sua participação esta está bem evidenciada nos autos. Era ele que conduzia a motocicleta que dava fuga ao réu, tendo inclusive tentado se livrar da perseguição policial. Certa a autoria, como também a materialidade, pela apreensão do dinheiro roubado e da arma utilizada, resta examinar as outras situações postas a julgamento. A causa de aumento pelo concurso de agentes está demonstrada pela participação do réu em companhia do adolescente. O emprego de arma também resultou demonstrado, mesmo em se tratando de arma de fabricação artesanal, estava ela municiada e era apta a efetuar disparos, cuja eficiência foi constatada pelo perito (fls. 64). Portanto, havia potencialidade lesiva. O roubo também se consumou, porquanto a consumação se dá no momento em que a vítima perde a disponibilidade do bem roubado. Além disso, na situação mostrada nos autos, o réu não sofreu perseguição imediata e a sua prisão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

aconteceu praticamente por acaso, quando os policiais casualmente encontraram o réu na garupa da moto. No que respeita ao delito de corrupção de menor, está comprovado que o réu agiu em parceria com um adolescente. No entanto, o réu disse desconhecer esta condição, diante do comportamento que o mesmo demonstrava. Isto é verdade, pois o adolescente está próximo da maioridade. Sua compleição física pode confundir e as ações que o mesmo vinha praticando poderiam incutir no réu o entendimento de que não se tratava de um menor, porque dirigia motocicleta abertamente. Além disso, o adolescente registra um rol de apontamentos criminais e é bastante provável que tenha liderado a ação criminosa como disse o réu, que não perdeu a vergonha porque admitiu tudo o que fez. Já o menor, bastante esolado da prática de delitos, procurou negar o seu envolvimento. Sendo assim, entendo possível a absolvição do réu quanto ao delito de corrupção de menor. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA** para condenar o réu por roubo qualificado, ficando absolvido na acusação de corrupção de menor. Observando todos os elementos formadores dos artigos 59 e 60 do Código Penal, especialmente que não houve consequências para a vítima, já que o produto roubado foi recuperado, delibero fixar a pena-base no mínimo, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência, porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea. Por último, imponho o acréscimo de um terço em razão do concurso de agentes e emprego de arma, resultando a pena em cinco anos e quatro meses de reclusão e treze dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras circunstâncias modificadoras. **CONDENO**, pois, **JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS FILHO** à pena de **cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão e treze dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal**. Sendo reincidente e diante da natureza do delito, que é grave, imponho como regime inicial de cumprimento da pena o **fechado**. Como permaneceu preso, assim deve permanecer agora que está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomendem-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabiliza-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. **Destrua-se a arma apreendida e outros objetos, se existentes. Determino a extração de cópias da denúncia, do laudo de fls. 72/73, dos depoimentos colhidos nesta audiência e deste termo encaminhando-as ao Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude para instaurar procedimento contra o adolescente João Victor da Silva, pela participação no roubo aqui julgado.** Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. NADA MAIS. Eu, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSOR:

RÉU: